



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	-7.JAN.1980
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



**O DISCURSO DE EANES E A INTOXICAÇÃO POLÍTICO-MILITAR**

Do Norte, chega-nos a «intriga»: os meios militares moderados não gostaram do discurso do Presidente. E para dar cunho de veracidade ao movimento de desagrado que alastraria nas fileiras citam-se, entre comas, palavras que teriam sido escritas ou ditas. Este vago diz-se, este vago consta, é o prelúdio de uma orquestração que nos promete um fundo musical para estes nove meses de Governo AD. O general Ramalho Eanes estará em foco. O seu discurso na posse do Primeiro-Ministro não será esquático.

E como o último discurso fez estender o traço das coisas que se disseram, escreveram ou fizeram, como a memória da classe política é curta, esqueceu-se já a «experiência Mota Pinto» e não se reconsiderou, em Belém e no País, que o caminho da AD para a vitória eleitoral e para o Poder foi aberto por decisões e exigências, silêncios e palavras, de que o Presidente da República — e os seus conselheiros — não poderão enjeitar responsabilidades.

Certo é que a política é o domínio do movimento e dos jogos estratégicos (e pessoais). As alterações de posição (pessoais, partidárias) são frequentes e rápidas, frequentes as alterações da correlação de forças, sucessivas as mutações conjunturais.

Por comparação com o Governo do professor Mota Pinto, o Governo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo apresentou-se à nação como «um governo de centro-esquerda extraparlamentar». O Primeiro-Ministro tinha um comportamento «de esquerda», mas a equipa, considerada no seu conjunto, não adoptava o mesmo figurino. Todavia foi a «linha de esquerda» que mereceu o apoio presidencial, nestes últimos meses.

No discurso do general Ramalho Eanes, esse comprometimento com a orientação do Governo cessante (e eleitoralmente vencido) traduz-se numa insistente exigência em relação à equipa que lhe sucede. De algum modo, o discurso do Presidente soa como um desafio à AD e directamente a Francisco Sá Carneiro.

Que o desafio presidencial tenha ferido as delicadas sensibilidades políticas dos «meios militares moderados» (sic), é o que nos inculcam as notícias postas a correr e que obviamente visam fazer crer que o general Ramalho Eanes, como Presidente da República e como CEMGFA, é contestado pelos tais «meios militares moderados». E por aí se pretende que António Ramalho Eanes não poderá ser um factor de estabilidade, mas um causador de atritos com os «meios militares moderados», que nos Conselhos das Armas — a notícia não se esquece de o referir —, viram aumentada a sua representação.

A uma subida (por via política eleitoral) da «direita» na sociedade civil, corresponderia uma ascensão (por via das eleições para os Conselhos das Armas) da «direita» na sociedade castrense. Insinuações, revelações e confidências vão no mesmo sentido: dar por findo o novo curso iniciado em 25 de Abril de 1974. E já consta, que a pretexto de Camões — e apesar de Camões —, o 25 de Novembro poderá ser «civilizado» (isto é: convertido em cerimónia civil) e comemorado a 10 de Junho.

**O DISCURSO DE SÁ CARNEIRO E A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Alguns reparos mereceram, em público e na tão relativa privacidade das redacções, as palavras do dr. Francisco Sá Carneiro sobre os meios de Comunicação Social e a opinião

pública. Disse o Primeiro-Ministro ao tomar posse do seu cargo:

«O Governo ouvirá atentamente a opinião pública, expressa através dos órgãos da Comunicação Social, que não tentará obrigar por meios administrativos a informar o país como a cada momento lhe convenha. Não esquecerá, porém, que a opinião pública que os órgãos da Comunicação Social reflectem, ou até eles próprios produzem, não é frequentemente a opinião nacional e, às vezes, nem sequer uma sua parte significativa. Deste modo, ouvindo-a, não se deixará determinar por ela, nem por ela apreciará a sua situação ou a conveniência das suas políticas.»

Ficou a Imprensa ciente — porque é dela que substancialmente se trata —, que, atento à campanha desencadeada contra o Governo da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, o dr. Francisco Sá Carneiro soube deduzir que o temporal fora desencadeado *in vitro* pelas mais reacionárias redacções ou pelos agentes de certos interesses nalguns jornais. Vivemos, recentemente, uma situação típica de intoxicação da opinião pública.

Foi, talvez, longe de mais a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo atribuindo aos meios de Comunicação Social «a derrota da sua proposta». Mas teve razão quando apontou vícios, águas inquinadas, vagas de corrupção, mercenarismo.

Muitos profissionais, nos vários ramos e actividades da Comunicação Social, dão o exemplo da isenção, da dignidade e da responsabilidade. Há trigo e há joio, como em qualquer seara. Mas no quadro actual cabe à dita «classe política» uma grande responsabilidade pelo que pedem, e pretendem impor, à Comunicação Social. O que se tem passado no sector é uma longa e triste história. Muitas mãos se sujaram nesse remexer de águas turvas, muitos golpes baixos se vibraram para conquistar posições, demolir reputações, apelar valores, e promover nulos, e alcandorar servidores sem espinha dorsal.

O dr. Francisco Sá Carneiro promete que prescindirá dos «meios administrativos» para obrigar «a informar o país como a cada momento lhe convenha».

A frase tem uma carga... explosiva: «informar o país como a cada momento lhe convenha». Nós quereríamos que o país fosse informado com lealdade, com verdade, com clareza. Nós queremos que o país saiba quem o informa e possa escolher a informação que lhe convenha. Nós queremos que à Imprensa, à Rádio, à Televisão seja garantida a liberdade de informação e de crítica. Nós queremos que à Imprensa, à Rádio e à Televisão sejam garantidas condições de vida, que a Imprensa seja protegida dos aumentos constantes do preço/tonelada do papel, que a publicidade comercial não possa ser usada como arma de pressão, que a Rádio, e principalmente a Televisão não sejam utilizadas contra a Imprensa e gosem de consideráveis privilégios.

**MARIA DE LURDES PINTASILGO E A CENTRAL DE INTOXICAÇÃO**

Registamos que, numa das suas últimas declarações, a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo no seu ataque e nas suas explicações relativas à campanha da Imprensa e de um canal da Radiotelevisão contra o seu Governo, aludiu à existência de uma «central de intoxicação da opinião pública».

É um assunto que deveria preocupar o Conselho da Revolução como garante político-militar da «ordem constitucional». Talvez lhe competisse — supomos — recomendar um inquérito, para o caso — que admitimos — de não ter meios para o promover.

O assunto não pode ser descurado e deverá ser visto em conjunto com a existência de um esquema de apolos e de participações de capital que, na realidade, visa o controlo dos meios de Comunicação Social por uma facção política ou pelos representantes de uma inconvertível plutocracia.